



Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS

SOB O FARDO DO OURO NEGRO:

as experiências comuns dos mineiros de carvão em 1933 – 1935 na região carbonífera do Rio Grande do Sul

Felipe Figueiró Klován¹

Resumo: No município rio-grandense de São Jerônimo, em 1933, verifica-se o início de uma série de greves em uma comunidade mineira de carvão que vivia em um mundo próprio, moldado pela esfera do trabalho, dominado pelo perigo e pela insalubridade do cotidiano nas minas. A vila operária, caracterizada pelo controle ostensivo das companhias, empunhava-se como dispositivo de controle e disciplina que dominava a vida mineira. A partir destas constatações, utilizando o arranjo teórico de E. P. Thompson, a pesquisa em andamento para o trabalho de conclusão de curso, pretende analisar de que modo as experiências desses mineiros de carvão, elaboradas como consciência de classe, motivaram estes trabalhadores a entrarem em greve no período de 1933 a 1935. O que será apresentado aqui é a proposta de investigação, a construção do problema de pesquisa e, portanto, algumas conclusões preliminares.

Palavras-chaves: mineiros, trabalho, greve.

Aos poucos, o caminho deserto se povoava;
os mineiros passavam [...] silenciosos [...].
Por toda parte, ao longo dos caminhos
enevoados pela bruma da manhã,
homens andavam em filas,
olhando para o chão,
como um rebanho
que vai para o abatedouro [...]².

De forma semelhante à narrativa de Émile Zola, naquele 27 de janeiro de 1933, de muito calor³, como não fazia a mais de 24 anos, os mineiros de carvão, ao se dirigirem para o trabalho, que iniciava às 6 horas e 30 minutos da manhã⁴, poderiam ter passado por cartazes anunciando o *show* da *Companhia Hailliot* que havia estreado no dia 2 de fevereiro no *Cine Theatro Guarany* local. Segundo a imprensa⁵, os “artistas trabalha[ram] com perfeição sendo

muito aplaudidos pela numerosa e seleta” platéia, na qual, supõem-se, não estavam incluídos os ditos trabalhadores⁶. No caminho, ao se aproximarem da mina, o chão estaria escuro, cheio de pedras e cinzas de carvão, e o céu azul começaria a escurecer, escondido por uma nuvem negra que logo se descobriria sair de uma chaminé pertencente à termoelétrica da Companhia ou dos respiradouros que expeliam para o alto os gases dos subterrâneos. Quanto mais próximos da mina, mais escurecidos de pó negro ficavam os objetos, até se chegar ao pretume de estruturas como as da oficina, do elevador e do prédio para a lavagem do carvão. Se o ambiente cotidiano de trabalho na superfície tinha esse aspecto, nas galerias subterrâneas era “mais imundo e perigoso”, mais escuro que a morte⁷. Entretanto, naquele dia, no distrito de Butiá, eles não se dirigiram ao subsolo com seus chapéus, ferramentas e lâmpadas de carbureto, e nem retornaram para suas casas após o serviço (muitas vezes com jornada dupla de 16 horas), impregnados de carvão como era de costume. Naquele dia, esses trabalhadores chegaram à conclusão de que deveriam entrar em greve depois de, provavelmente, 14 anos sem paralisações mineiras na região (desde 1918). A partir desta data, verificou-se a ocorrência de um conjunto de eventos e greves até o ano de 1935 que aparentam ter ligações entre si e/ou compartilhar semelhanças e padrões.

Foi esta primeira constatação o ponto de partida das pesquisas que desenvolvo atualmente sobre essa comunidade do município de São Jerônimo, mais especificamente dos distritos de Arroio dos Ratos, Butiá e Leão (mina do Recreio).

As fontes utilizadas neste trabalho são escassas e lacunares. Não foi encontrada, durante o levantamento, nenhuma ata, correspondência, panfleto, jornal ou semelhante escrito pelos próprios mineiros no período de 1933 e 1935. As fontes levantadas agrupam-se em quatro segmentos principais. Na imprensa analisei o jornal *Correio do Povo* que possui um grande número de matérias abordando os fatos relativos aos mineiros de carvão da região de São Jerônimo. No *Museu Estadual do Carvão* localizado em Arroio dos Ratos há um acervo com alguns documentos pessoais de mineiros relacionados à sua existência operária, nos quais, podem-se encontrar registradas, objetiva ou subjetivamente, as condições de vida e trabalho desses operários, desde seu consumo diário nos armazéns das companhias até o aluguel das casas das vilas operárias e o valor de seus salários. No *Arquivo Público do Rio Grande do Sul* encontrei quatro processos por acidentes de trabalho, que formam um conjunto de referências para o entendimento do ambiente insalubre e perigoso desta categoria e como se constituiu o “diálogo” entre as companhias carboníferas e os empregados no campo da *lei*. Por último, pesquisei as entrevistas das histórias de vida e trabalho produzidas pelo extinto *Centro de História Oral do Rio Grande do Sul – CHO/RS*, com mineiros em 2002.

O município de São Jerônimo encontra-se em uma faixa rica em carvão mineral que atravessa o estado do Rio Grande do Sul, concentrando 89,25% das reservas de carvão energético do Brasil⁸. Não tardou para que o capital privado, aliado ao capital estatal, iniciasse, com o precursor James Johnson, pesquisas com o minério em 1853, vindo a primeira concessão para extração comercial do carvão em 1866 em Arroio dos Ratos⁹. Após muitos percalços e falências de empresas, a exploração do carvão – e, conseqüentemente, do trabalho dos mineiros locais – só irá se estabelecer (e se concentrar) de maneira mais estável no município de São Jerônimo a partir de 1883 com a criação da *Companhia de Minas de Carvão de Pedra de Arroio dos Ratos* – CMCPAR¹⁰.

Em janeiro de 1885, é inaugurado o “Poço da Isabel” com a presença da homônima princesa¹¹ e do conde D’Eu, simbolizando a importância que esse ramo de produção tinha para os governantes de então, quando esse tipo de mineral expressava o *progresso* e ganhava o status de *ouro negro*, comparado a metais nobres¹².

A extração do minério necessitou de grandes contingentes de mão-de-obra para o trabalho pesado, insalubre e perigoso próprio dessa atividade, em uma organização marcada por grande exploração e controle dos mineiros. Do lado dos “de baixo” – literalmente – observa-se que a luta por melhores condições de vida e trabalho já é verificada em 1895, com o que seria, segundo Bunse¹³, a primeira greve destes trabalhadores no Rio Grande do Sul. Petersen e Dacanal indicam outras duas greves já no século XX: em São Jerônimo há uma greve de 3 a 11 de fevereiro de 1916, quando 250 mineiros pedem a “demissão de um mineiro acusado de provocar um acidente”, a “demissão de um capataz”, a “diminuição do preço da pólvora e mecha fornecidos pela empresa” e a “abertura de um poço de ventilação na mina”¹⁴; e em Arroio dos Ratos, de 14 a 21 de junho de 1918, quando 400 mineiros param pedindo “aumento de salário por tonelada de carvão extraído”, “permissão para sair do interior da mina quando não há trabalho” e “nomeação de um fiscal pelos mineiros para controle do peso” do carvão extraído¹⁵.

Porém faltam estudos específicos sobre esses movimentos citados acima e, avançando temporalmente, de 1918 até 1932, não encontrei vestígios ou relatos sobre a existência de algum instrumento de luta coletiva como a greve entre os mineiros gaúchos.

O processo histórico aqui analisado sofre determinações importantes de uma convergência de fatos ocorridos no início da década de 1930, a saber: a crise de 1929 e a posterior recessão¹⁶; a revolução de 1930 que levou Getúlio Vargas ao poder, bem como seu projeto de substituição de importações que favoreceu o processo de industrialização do Brasil e promoveu, entre vários outros, o Decreto 20.089 de 09 de Junho de 1931, que obrigava todo

importador de minério de carvão a queimar 10% de carvão nacional misturado proporcionalmente ao estrangeiro¹⁷.

Também parece importante citar que em 1928 foi construída em Porto Alegre a termoelétrica da Companhia Energia Elétrica Rio-Grandense (hoje conhecida como Usina do Gasômetro). A usina funcionava, preferencialmente, com carvão regional¹⁸, o que deve ter aumentado significativa e progressivamente o consumo do minério.

Roberto Cardoso, que em 1932 foi nomeado diretor da *Companhia Carbonífera Riograndense*¹⁹, parece ser o símbolo e o marco da consolidação de um modelo modernizante e racional da extração na região carbonífera do Rio Grande do Sul. Provavelmente, no início da década de 1930 há a implantação de maquinário moderno nas minas²⁰, respondendo ao aumento do consumo interno já que algumas indústrias do Brasil estavam adaptadas ao carvão nacional como a viação férrea ou adaptando-se como a metalurgia e a viação marítima.

Segundo a *Sinopse Estatística do Estado*, citada por Carmem Machado²¹, no ano de 1933 a produção de carvão sobe 47% se comparada com o ano de 1932, após leve crescimento. Já o relatório estatístico do Consórcio Administrador de Empresas de Mineração (CADEM), citado por Cristina E. Silva²², demonstra um crescimento menor, mas a produção de 1933 comparada com a do ano de 1931, ainda demonstra um aumento, mesmo que menor, de 27,99% da produção. Dados estatísticos como esses não nos dizem muito sobre o cotidiano do trabalho mineiro (que pode estar implícito nesses índices das mais diversas formas). Entretanto, verificando nos dois documentos uma significativa elevação na produção, podemos acreditar em um aumento da exploração do trabalho dos mineiros, o que pode ter influenciado o início das greves. Em termos comparativos, parece que Karl Marx²³ tinha razão quando apontava as condições de um centro carbonífero na Inglaterra, onde “quanto mais rápido se acumula o capital numa cidade industrial ou comercial, tanto mais rápido é o afluxo do material humano explorável e tanto mais miseráveis as habitações improvisadas dos trabalhadores”.

Varussa²⁴, ao analisar ações trabalhistas durante as décadas de 1950 e 1960 em Jundiaí, percebe que a modernização da produção muitas vezes pode vir associada a um esforço maior do trabalhador. Pelas evidências observadas em São Jerônimo, pode-se acreditar que a modificação do sistema de produção para uma nova implementação tecnológica não significou menor esforço dos mineiros. Este período modernizador nas minas coincide com o início de uma série de greves e de um recorrente sentimento de descontentamento. As condições de vida e de trabalho dos mineiros devem ter sido fortemente influenciadas pela racionalização administrativa e pelo aperfeiçoamento técnico das minas.

Compreendo este avanço racional da administração da mina como um desenvolvimento de formas de controle do trabalhador. Cito como exemplo a adoção pelas companhias do modelo de monopólio da circulação mercantil na vila operária, conforme se pode perceber na análise de duas *cadernetas de consumo* e um *contrato de empréstimo* de um mineiro encontrado no *Museu do Carvão* que revela um duplo mecanismo de “imobilização” do trabalhador às companhias. Poderíamos dizer que o pagamento do salário do mineiro se constitui, praticamente, em mercadorias a partir do controle mercantil da vila operária via barracão²⁵, o que se pode caracterizar de algo muito próximo do sistema de *truck*, ou seja, o “sistema de consumo por dívidas”²⁶. Para complementar (ou aperfeiçoar) esse dispositivo encontramos também a disponibilização de *empréstimos* aos operários pela própria Companhia para saldar a dívida já existente do trabalhador com o comércio de gêneros pertencente à própria empresa, porém, neste momento, com a cobrança de juros (algo que não havia antes). Os novos descontos no salário da nova dívida acabavam por reafirmar a ligação do trabalhador com a mineradora por um longo prazo.

As mobilizações grevistas começaram, como já citado, em 27 de janeiro de 1933, com a greve dos mineiros de Butiá e que resultou na formação do seu sindicato, o qual, apesar de ser indicado como fundado nesta data, só será reconhecido pelo Ministério do Trabalho em 1936. A greve foi resultado (1) da falta de pagamentos do ano de 1932, (2) dos preços exorbitantes dos gêneros vendidos na Cooperativa (barracão da empresa onde os operários adquiriam os gêneros de primeira necessidade com pagamento descontado do salário) (3) e da exigência de aumento do salário dos tocadores de carros da mina²⁷. Voltaram ao trabalho no dia 2 de fevereiro após intermediação de Ernani Oliveira, representante do Ministério do Trabalho e do Delegado Dário Barbosa, com promessas de melhorias da Companhia.

No *Correio do Povo* de 2 de fevereiro de 1933, pode-se entender que o Inspetor Ernani, ao mediar o processo, indica que os mineiros deveriam abandonar o instrumento da greve e se sindicalizar para resolverem suas demandas pacificamente, sem alterar o ritmo da produção. Essa apologia à sindicalização caracteriza o governo provisório de Getúlio Vargas concomitantemente à constituição das leis trabalhistas. É o início do processo de atrelamento do sindicalismo ao Estado.

No dia 20 de agosto de 1933, o *Correio do povo* noticia o retorno à greve dos mineiros das minas do Recreio. A greve teve início em 17 de agosto devido ao não cumprimento do tratado pela companhia para o fim da greve anterior (sobre a qual não encontrei relato algum), que ocorreu em 11 de julho. Os motivos da greve são parecidos com os da greve de Butiá: (1) os salários atrasados, (2) a falta de gêneros alimentícios, (3) a baixa qualidade dos produtos

oferecidos na cooperativa acrescidos de preço elevado (4) e a exigência de pelo menos um médico para alguma emergência. O jornal menciona, ainda, a existência do sindicato dos mineiros de Recreio. O periódico, nos números posteriores, não relata o desenrolar da história.

Ainda observaram-se mais três greves mineiras em São Jerônimo que seguem padrões reivindicatórios parecidos: em outubro de 1934 em Arroio dos Ratos, em dezembro de 1934 em Butiá e em janeiro de 1935 novamente em Butiá.

A proposta da pesquisa é entender as condições que possibilitaram a eclosão das referidas greves na região mineira de carvão no município de São Jerônimo no período entre 1933 e 1935. Para isso, pretendo analisar as relações sociais, as condições de trabalho e de vida operária, verificando, então, como foi possível chegar-se à greve, enquanto prática elaborada a partir da consciência de classe, ou seja, da forma como as experiências destes trabalhadores foram tratadas em termos culturais, gerando tradições, sistemas de valores e formas de negociação institucionais. Procura-se, assim, examinar se há uma lógica na reação dos grupos mineiros às condições explicitadas acima, verificando padrões e diferenças em suas relações durante o processo de eclosão das paralisações.

Meu problema de pesquisa objetiva-se na questão: de que modo as *experiências* dos mineiros de carvão do então município de São Jerônimo (RS), elaboradas como *consciência de classe*, motivaram estes trabalhadores a entrarem em *greve* no período de 1933 a 1935?

Inspiro-me em E. P. Thompson, que em seus estudos sobre a formação da classe operária britânica²⁸, sobre a cultura popular tradicional no século XVIII inglês²⁹ e sobre a Lei Negra³⁰, nos fornece ferramentas interessantes para a realização da análise proposta, como os conceitos de *classe*, *experiência*, *costumes*, *tradições* e *consciência de classe*, além do entendimento do campo jurídico (das leis) como uma área de conflito em que é possível a atuação dos oprimidos até certo ponto.

Classe é entendida por Thompson não simplesmente como um fenômeno determinado pelas estruturas, mas como um fenômeno histórico oriundo das ações de sujeitos sociais. O *formar-se* da *classe* depende da forma como são tratadas *experiências comuns* ao longo de determinado período. As *experiências*, para Thompson, aparecem determinadas, principalmente, pelas *relações sociais de produção*, mais especificamente pela *exploração* e pela *opressão política*. Porém, a *consciência de classe* depende da forma como essas experiências são tratadas em termos culturais, “encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais”, constituindo assim um grupo que, ao articular interesses em comum, volta-se contra outro, cujos interesses diferem dos seus³¹.

Dialogando com esses conceitos, entende-se que é no preço abusivo cobrado nos armazéns das companhias, nas condições precárias e insalubres de trabalho, no controle disciplinar exercido pelas companhias sobre os operários, na vivência na vila operária de estilo *cottage*³² que os mineiros de carvão de São Jerônimo vivem suas *experiências* compartilhadas e *fazem-se classe*, ao sentirem seus interesses em comum e se organizarem contra seus opressores. A *greve* constitui-se como uma das expressões da *consciência de classe* desta categoria.

A comunidade mineira aqui enfocada, de forma semelhante as suas congêneres de outras regiões do Brasil e do planeta³³, vivia em um mundo próprio moldado pela esfera do trabalho, marcado pelo perigo e pela insalubridade do cotidiano nas minas, atestados pelos desabamentos e pelas doenças pulmonares, geradores de índices de morte muito elevados entre 30 e 40 anos de idade³⁴. A vila operária (de certa forma, isolada do meio urbano) impunha-se como dispositivo de controle e disciplina que dominava a vida mineira, invadindo, inclusive, a sua esfera doméstica, como aponta Cornelia Eckert em vários estudos³⁵.

Tendo como parâmetro o arranjo teórico de Thompson, podemos dizer que esses elementos possibilitam *experiências* compartilhadas, as quais resultam na constituição de uma comunidade peculiar de operários, irmanada por *costumes em comum e tradições* como o companheirismo, necessário à própria sobrevivência em um ambiente desfavorável, e a valorização de características como a força física e a coragem que influenciam um simbolismo da mina como um espaço exclusivo do “homem”.

Durante o governo provisório de Getúlio Vargas, inicia-se a constituição das leis trabalhistas e o processo de atrelamento do sindicalismo ao Estado, em uma organização corporativista. Neste momento, os trabalhadores e também os patrões organizavam-se em sindicatos, explorando esse novo campo de negociação incentivado pelo governo federal³⁶. Entretanto, as novas leis trabalhistas não estavam ainda consolidadas. Vargas não conseguia assegurar-las e os patrões tentavam burlá-las³⁷. Neste terreno difícil, os mineiros de carvão utilizavam-se dos instrumentos que lhes estavam disponíveis para assegurar os novos direitos através, principalmente, de mecanismos institucionais (como os sindicatos) e jurídicos (como as ações judiciais contra as companhias). Além disso, reelaboraram formas de resistência ao se valerem do instrumento da greve para lutarem por melhores condições de vida. Cabe salientar que essas paralisações não foram puros efeitos naturais, “instintivos”, das experiências dos mineiros, mas derivaram do “processamento” dessas experiências.

Tais cessações do trabalho são imprevisíveis, mas ocorrem por algum motivo. E é esse motivo que pretendo compreender em minha pesquisa. Não como um fenômeno “natural”, insisto, de “causa e efeito”, mas como resultado da ação de trabalhadores que, ao compartilharem a exploração econômica e a dominação das companhias e do Estado, trabalham essas experiências de tal forma que acabam por se utilizar de mecanismos específicos de conflito e negociação.

¹ Graduando em História/UFRGS.

² ZOLA, Émile. *Germinal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 229.

³ *O Correio do Povo* de 31/01/1933 anunciou que, na região metropolitana, a temperatura naqueles dias ficara entre 27°C e 36°C. O problema se agravava, segundo o periódico, pois a temperatura não reduzia durante a noite, gerando grande desconforto na população. Este pode parecer um dado banal para a análise proposta, mas, nos subterrâneos das minas, com suas médias de 45°C (BUNSE, Heinrich Adam Wilhelm. *A mineração de carvão no Rio Grande do Sul: estudo histórico-etnográfico-sociolinguístico*. Porto Alegre: Secretaria de Energia, Minas e Comunicações do Estado do Rio Grande do Sul, 1984.p. 77), as temperaturas - físicas e psicológicas - deveriam se elevar ainda mais.

⁴ Regulamento para os operários, p. 21.

⁵ *Correio do Povo*, 02/02/1933, p. 7.

⁶ A segregação nas atividades lúdicas parece reproduzir a hierarquia imposta pelas relações de trabalho na mina de carvão, sendo esta representação constante nos relatos dos mineiros. Pode-se citar como exemplo o que diz um mineiro à Eckert (Os homens da mina: um estudo das condições de vida e representações dos mineiros de carvão em charqueadas - RS. Dissertação. UFRGS. IFCH. PPG em Antropologia Social, Porto Alegre, 1985.) “...nós lá do carvão semo o operário mais baixo. Nós semo, com o perdão da palavra, o pinico deles... Nós fizemo nossas festinha, mas é lagarto com lagarto...”. O próprio mineiro, em sua cultura de classe, exteriorizou um processo altamente seletivo evitando, até mesmo, a convivência com categorias também operárias (por exemplo, os metalúrgicos), mas consideradas por eles de maior status. Chegam até a não frequentar, por exemplo, a mesma igreja (ibidem, p. 474 – 475). Por outro lado, não confundem a oposição entre classes sociais quanto ao patronato ao sentirem-se compartilhando “a situação comum de subordinação e de força de trabalho, [ao dizerem] ‘tá tudo no mesmo barco’” (ibidem, 476).

⁷ Dois mineiros narraram suas impressões sobre o subsolo à Eckert (Do corpo dilapidado a memória reencantada. In: *Corpo e Significado: ensaio de Antropologia Social*. Porto Alegre : Ed. da UFRGS, 2001, p 167.): um descreve o ambiente hostil afirmando que “dizem que a morte é escura, mas não conheci coisa mais escura que a mina”, e o outro complementa ressaltando: “porque para mim o serviço de mina é o mais imundo e perigoso”.

⁸ NEVES, Jasiel e SAMBUGARO, Mirian Loregian. Viagem de estudos à bacia carbonífera do estado de Santa Catarina. In: *Expressões geográficas*, nº02. Florianópolis: jun/2006, p. 148.

⁹ SIMCH, Carlos Alfredo. *Monografia de São Jerônimo*. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1961. p. 201-202.

¹⁰ SILVA, Cristina Ennes da. Nas profundezas da terra: um estudo sobre a região carbonífera do Rio Grande do Sul. Tese de Doutorado – PPG em História, PUCRS, 2007. p. 38-57.

¹¹ *Carta da Princesa Isabel de 13 de janeiro de 1885 endereçada a seus pais*. Acervo do Museu Estadual do Carvão/RS.

¹² SIMCH, Carlos Alfredo. op. cit. p. 197

¹³ BUNSE, Heinrich Adam Wilhelm. op. cit., p. 28.

¹⁴ PETERSEN, Silvia e DACANAL, José Hildebrando e GONZAGA, Sergius. *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 294.

¹⁵ Ibidem, p. 298.

¹⁶ A produção mundial de carvão despencou após a crise (dos grandes produtores a exceção foi a URSS). Em 1932 registra-se uma queda de 29,9% (32.000.000 de toneladas) comparada com 1929 (*Correio do Povo*, 14/09/1933). Essa redução deve ter oportunizado melhores condições para o carvão brasileiro.

¹⁷ *Decreto 20.089 de 09/06/1931*. <<http://www2.camara.gov.br>>. O decreto também dificulta a obtenção de maquinário que não suporte eficazmente o carvão nacional o taxando ao dobro, reafirma o não pagamento do imposto de selo já abolido ao carvão desde 1923. O Art. 7º ainda afirma que “durante o prazo de dez anos, a contar de 15 de julho vindouro, os Estados e os Municípios, inclusive o Distrito Federal, não poderão lançar quaisquer impostos e taxas que atinjam as empresas de mineração do carvão nacional ou os seus produtos”,

assim como as embarcações das Companhias mineradoras estão livres de qualquer imposto portuário dentro do território nacional.

¹⁸ Por utilizar carvão da região de São Jerônimo (que continha grande quantidade de cinzas), a queima produzia muita fuligem que causou grande incomodo na população circunvizinha da usina (*Correi do Povo* 25/08/1933). Para amenizar a fumaça foi construída em 1937, durante a administração de Alberto Bins, a grande chaminé que hoje virou ponto turístico em Porto Alegre.

¹⁹ A partir desse período coexistem três grandes empresas mineradoras na região, no entanto, Cristina E. da Silva op. cit., p. 153, presume que mesmo que difiram “em suas razões sociais e terreno de extração, [...] ao analisarmos o corpo acionista de cada uma delas, observamos a presença das mesmas pessoas, as quais se alternavam temporalmente entre os cargos das empresas”.

²⁰ HARNISCH, Wolfgang Hoffmann. *O Rio Grande do Sul: a terra e o homem*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Globo, 1952, p.340, deixa a entender que as minas de São Jerônimo passam por um processo modernizador durante a década de 1930 ao visitá-las em 1940.

²¹ MACHADO, Carmen Lúcia Bezerra. *O movimento operário sindical, no Rio Grande do Sul de 1930 a 1937*. Dissertação. UFRGS. PPG em Sociologia. Porto Alegre, 1983, p. 183.

²² SILVA, Cristina Ennes da. op. cit., p. 168.

²³ MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: livro I*. 2vol. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 767.

²⁴ VARUSSA, Rinaldo José. Processos trabalhistas e a construção de relações fabris. In: *Revista História*, São Paulo, EDUNESP, nº21, 2002, p. 9-10.

²⁵ Entende-se que nos casos analisados o “armazém” ou a “mercearia” e toda forma de comércio (não importando a denominação utilizada localmente), quando é de propriedade da Companhia onde o operário trabalha, normalmente, é regida pelo *truck-system* (ver nota 31) e será denominada de *barracão* por constituir-se de conceito já consagrado pela bibliografia. Ver a utilização em LOPES, José S. Leite. (Org. et al). *Mudança social no Nordeste: a reprodução da subordinação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 65 e 74.

²⁶ Idem, p. 51 e 77.

²⁷ *Correio do Povo*, 31/01/1933, p. 7.

²⁸ THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa* (3 vol.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

²⁹ THOMPSON, E.P. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

³⁰ THOMPSON, E.P. *Senhores e caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

³¹ THOMPSON, E.P. *A formação...*, p. 9 -14.

³² Marx e Engels denominam “a existência de casas para os operários de propriedade da própria fábrica onde trabalham” de *cottage-system* (LOPES, José S. Leite. Anotações em torno do tema “condições de vida” na literatura sobre a classe operária. In: Silva, Luiz Antonio Machado da. *Condições de vida das camadas populares*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984. p. 30 – 31). Estas residências constituem vilas operárias de mineiros ou outros trabalhadores que se situam isoladas do meio urbano e onde há grande controle das empresas sobre seus empregados. Normalmente o *cottage-system* é reforçado pelo *truck-system*: sistema de venda de gêneros via armazéns, também da própria fábrica, descontado do pagamento do trabalhador ou então o próprio pagamento do salário é feito em mercadorias (LOPES, José S. Leite. *Mudança...*, p. 51).

³³ Principalmente VOLPATO, Terezinha Gascho. *A pirita humana: os mineiros de Criciúma*. Florianópolis: UFSC, 1984 e ECKERT, Cornelia. Relato de uma pesquisa etnográfica na França. In: *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre Vol. 15 (1991/1992), p. 9-30.

³⁴ ECKERT, Cornelia. *Do corpo...*, p. 168.

³⁵ Cito, pelo menos, ECKERT, Cornelia. *Os homens da...*, p. 36-42.

³⁶ D’ARAÚJO, Maria Celina. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 217 – 225.

³⁷ GOMES, Angela Maria de; MORAIS FILHO, Evaristo de. Classes populares, política social e sindicalização. In: *Seminário Internacional A Revolução de 30* (1980: Rio de Janeiro). A revolução de 30. Brasília: Ed. da UnB, 1983, p. 287, 295 e 297.

Referências

- BUNSE, Heinrich Adam Wilhelm. *A mineração de carvão no Rio Grande do Sul: estudo histórico-etnográfico-sociolinguístico*. Porto Alegre: Secretaria de Energia, Minas e Comunicações do Estado do Rio Grande do Sul, 1984.
- D´ARAUJO, Maria Celina. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- ECKERT, Cornelia. *Os homens da mina: um estudo das condições de vida e representações dos mineiros de carvão em charqueadas - RS*. Dissertação. UFRGS. IFCH. PPGA, Porto Alegre, 1985.
- _____. Do corpo dilapidado a memória reencantada. In: *Corpo e Significado: ensaio de Antropologia Social*. Porto Alegre : Ed. da UFRGS, 2001.
- _____. Relato de uma pesquisa etnográfica na França. In: *Revista do IFCH da UFRGS*. Porto Alegre Vol. 15 (1991/1992), p. 9-30.
- _____. *Os homens da mina*. In: *Ciência hoje: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência*. São Paulo Vol. 7, n. 41 (abr. 1988), p. 36-42.
- GOMES, Angela Maria de; MORAIS FILHO, Evaristo de. Classes populares, política social e sindicalização. In: *Seminário Internacional A Revolução de 30* (1980: Rio de Janeiro). A revolução de 30. Brasília: Ed. da UnB, 1983.
- HARNISCH, Wolfgang Hoffmann. *O Rio Grande do Sul: a terra e o homem*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Globo, 1952.
- LOPES, José Sergio Leite. Anotações em torno do tema “condições de vida” na literatura sobre a classe operária. In: Silva, Luiz Antonio Machado da. *Condições de vida das camadas populares*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984. p. 21 – 58.
- _____(Org. et al). *Mudança social no Nordeste: a reprodução da subordinação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MACHADO, Carmen Lúcia Bezerra. *O movimento operário sindical, no Rio Grande do Sul de 1930 a 1937*. Dissertação. UFRGS. PPGS. Porto Alegre, 1983.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: livro I*. 2vol. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- NEVES, Jasiel e SAMBUGARO, Mirian Loregian. Viagem de estudos à bacia carbonífera do estado de Santa Catarina. In: *Expressões geográficas*, nº02. Florianópolis: jun/2006. p. 145 – 164.
- PETERSEN, Silvia e DACANAL, José Hildebrando e GONZAGA, Sergius. *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.
- SILVA, Cristina Ennes da. *Nas profundezas da terra: um estudo sobre a região carbonífera do Rio Grande do Sul*. Tese. PPG em História, PUCRS, 2007.
- SIMCH, Carlos Alfredo. *Monografia de São Jerônimo*. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1961.
- THOMPSON, E.P. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *A formação da classe operária inglesa* (3 vol.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987a.

_____. *Senhores e caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VARUSSA, Rinaldo José. Processos trabalhistas e a construção de relações fabris. In: *Revista História*, São Paulo, EDUNESP, nº21, 2002.

VOLPATO, Terezinha Gascho. *A pirita humana: os mineiros de Criciúma*. Florianópolis: UFSC, 1984.

ZOLA, Émile. *Germinal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.